



TORTURA
Irmã de Fernando Santa Cruz, a professora da UFRJ Maria Auxiliadora condena o desrespeito de Jair Bolsonaro

POR UNANIMIDADE, CONSUNI REJEITA PROJETO FUTURE-SE

Páginas 4 e 5

PARTICIPE DA GREVE NACIONAL DA EDUCAÇÃO NO DIA 13

Página 7

O MEC segue sua cruzada contra a universidade. Na última quarta-feira, o governo cortou mais R\$ 16 milhões da UFRJ, referentes a uma emenda parlamentar.

A tesourada integrou a barganha de votos pela aprovação da Reforma da Previdência. Reportagem de Kelvin Melo e Silvana Sá mostra que a asfixia financeira já se reflete no cotidiano das unidades acadêmicas.

Na Letras, por exemplo, já não há material de escritório e de higiene. A comunidade da UFRJ reagiu aos ataques do MEC e, no último Consuni, rejeitou, por unanimidade, o projeto Future-se.
Páginas 3, 4 e 5

COLOCA OS PONTOS NA PONTA

DUAS CHAPAS DISPUTAM ELEIÇÃO DA ADUFRJ

Página 7

A SEMANA

A AUTONOMIA É MAIS QUE UMA LETRA CONSTITUCIONAL

DIRETORIA

O “Future-se” é bem mais que um erro sintático. É uma armadilha. Acena com falsos brilhantes na tentativa de levar a Universidade a fazer, por adesão, o que somente ela própria com efeito pode, constitucionalmente, fazer: abdicar da autonomia.

A Autonomia é cláusula pétreia da configuração institucional da Universidade. Encabeça a lista de fundamentos considerados intocáveis pela comunidade da UFRJ, conforme demonstrado na reunião do CONSUNI em 8 de agosto último.

Coube à Constituição de 1988 elevar, pioneiramente na história da universidade brasileira, a autonomia a texto constitucional. A autonomia universitária vem consagrada no artigo 207. “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

De certo, o constituinte percebeu que o reconhecimento da autonomia universitária pela via legislativa comum, tal como previsto anteriormente, não era suficiente para que as universidades pudessem cumprir, de modo independente, a sua indispensável finalidade. Estabelecendo como norma constitucional a garantia institucional e o conteúdo da autonomia das universidades, não condiciona nem um, nem outro, à lei. Ou seja, a norma constitucional não precisa de lei para ser regulamentada.

Isso significa que as limitações à autonomia universitária só podem ser extraídas do próprio texto constitucional. Assim, as universidades têm que observar, por exemplo, o respeito aos direitos fundamentais, os desígnios que regem a administração pública direta e indireta e demais postulados contidos na Carta. Autonomia não significa sobreposição ou violação da ordem soberana que rege o país. A autoaplicação dos dispositivos constitucionais relativos à autonomia universitária também não exclui a disciplina legal complementar. Dentre essas leis, a principal é a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Contudo, a questão está longe de pacificada. Envolve complexidade e demanda reflexão mais rigorosa. A defesa da autonomia se baseia apenas no fato de ser uma imposição constitucional? Não. O fato de ter sido incluída na Constituição de 88 resultou de pressões e manifestações de segmentos sociais comprometidos com a valorização da universidade pública. Como as associações de docentes, criadas alguns anos antes e que, durante o período da transição democrática, se posicionaram nesse sentido.

A defesa intrínseca da autonomia universitária se funda na compreensão quase milenar de que a produção do conhecimento não pode ser permeável a interesses particularistas da sociedade, como não pode estar sujeita a ingerências governamentais, porque governos têm lado e governantes são, na democracia, necessariamente filiados a partidos políticos. Nascida (no Ocidente) no interior da Cristandade medieval, a instituição Universidade logo

IMAGEM DA SEMANA

DEPUTADOS APROVAM REFORMA DA PREVIDÊNCIA E RETIRAM DIREITOS

■ Enquanto as universidades discutiam seu futuro e avaliavam o projeto do governo federal para as instituições de ensino superior, os deputados aprovavam em Brasília a PEC da Reforma da Previdência em segundo turno, no dia 7. Para garantir o placar favorável (370 a 124 votos), o presidente Jair Bolsonaro liberou R\$ 3 bilhões para emendas parlamentares. Dentre os pontos aprovados estão o aumento do tempo de contribuição e a redução da pensão por morte para 50% do valor do benefício.



REPRODUÇÃO

procurou se descolar da Igreja, assim como buscava se manter apartada do poder político que gradativamente se centraliza nos Estados nacionais a partir de fins do século XV. O desiderato será, na utopia positivista de um filósofo, enunciada por volta dos anos 1930, “a inteligência como instituição”.

Autonomia das atividades-fim (autonomia didático-científica) e autonomia das atividades-meio (autonomia administrativa e financeira). No que concerne à autonomia-fim, autonomia didático-científica, devem as universidades observar os princípios do próprio artigo 207 (indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão) e os contidos no artigo 206, particularmente os referentes: ao pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; à gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais; à gestão democrática do ensino público; à garantia do padrão de qualidade. A autonomia das atividades-meio assegura os recursos indispensáveis (ainda que complementados por outros) para a consecução da finalidade.

A AdUFRJ representa uma frente de resistência dos docentes à pretendida “desfuturação” da universidade pública, gratuita e de qualidade. Nos dias 11 e 12 de setembro estaremos escolhendo os novos dirigentes da entidade. Vote!

OBSERVATÓRIO DO CONHECIMENTO



TEXTO DO OBSERVATÓRIO ANALISA FUTURE-SE

■ O Observatório do Conhecimento produziu uma análise crítica sobre o projeto Future-se do MEC.

O documento procura identificar e traduzir os impactos no ensino superior público brasileiro, caso o projeto seja implementado.

AGENDA

12/08 14H

ASSEMBLEIA COMUNITÁRIA

Acontece nos pilotis da Reitoria, no Fundão

13/08 17H

GREVE NACIONAL DA EDUCAÇÃO

Atividades no IFCS e passeata no Centro

13 e 14/08

MARCHA DAS MARGARIDAS

Mulheres de todo o país realizam atos em Brasília

PABLO VALADARES/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Governo corta mais R\$ 16 milhões da universidade

> Verba, que estava bloqueada no orçamento, vai bancar emendas parlamentares. Movimento foi feito para viabilizar reforma da Previdência. Unidades e Centros já sofrem efeitos da asfixia financeira

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

Mais uma notícia ruim para a universidade. Nos últimos dias, o governo retirou R\$ 16 milhões do orçamento bloqueado da UFRJ e repassou os recursos para emendas parlamentares.

Não foi só a maior universidade federal do país que perdeu. O Projeto de lei do Congresso Nacional nº 18/2019 libera R\$ 3 bilhões de vários ministérios para projetos indicados pelos deputados. O movimento orçamentário do governo fez parte do esforço para aprovação da reforma da Previdência na Câmara. O MEC (R\$ 926 milhões) e o Ministério de Infraestrutura foram as pastas que mais sofreram cortes.

A Pró-reitoria de Planejamento e Finanças informou que os R\$ 16 milhões retirados da UFRJ correspondem à emenda do relator da Lei Orçamentária para ajuste de pendências resultantes do plano de expansão e reestruturação da universidade (Reuni). Esta verba havia sido contingenciada no início do ano. Mesmo não sendo um valor alto diante de todas as demandas da instituição, a nova tesourada preocupa: “É um sinal de que o desbaleque das verbas da universidade (mais R\$ 114 milhões, contingenciados em maio) está mais longe”, afirmou o pró-reitor Eduardo Raupp.

Enquanto negocia orçamento em Brasília, a UFRJ este ano deve seis meses de energia elétrica, cinco meses de água e, em média, dois meses dos contratos com empresas terceirizadas prestadoras de serviço.

A asfixia financeira que prejudica o pagamento das grandes contas da UFRJ começa a se refletir nas despesas de manutenção das unidades e decanias.



Algumas consequências são a redução ou eliminação da compra de itens de consumo, o adiamento de pequenas reformas, e professores se cotizando para realizar eventos

Os problemas de cada local foram intensificados este ano com a diminuição dos repasses feitos pela administração central. Criado na gestão do professor Aloisio Teixeira, o chamado orçamento participativo prevê a liberação de três parcelas anuais – em março/abril, junho e setembro – para as unidades e Centros. Com a crise, desde 2016, somente duas parcelas foram distribuídas; este ano, apenas a primeira.

Dos R\$ 24,2 milhões previstos originalmente, apenas R\$ 8 milhões foram repassados aos diretores e decanos.

“Fazemos a gestão do imediato, com muitas escolhas de Sofia”, afirma o decano do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, professor Marcelo Macedo Corrêa e Castro. No Centro de Tecnologia, não é diferente: “A situação está crítica. Temos muitas demandas de manutenção”, disse o professor Walter Suemitsu. “Estamos fazendo o

mínimo do mínimo. Não temos recurso para nada”. A decana do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, professora Cássia Turci, considera os recursos do orçamento participativo insuficientes, mesmo se fossem 100% liberados, mas “fundamentais para manter salas e biblioteca em bom estado”. Ela recebeu apenas R\$ 180 mil até abril, mas precisa cuidar da manutenção da infraestrutura que é frequentada por mil professores e técnicos, além de 8 mil estudantes. “Isso dá uns R\$ 15 mil por mês. Estamos fazendo um controle rigoroso, mas até o fim do ano não chegamos (sem novos recursos)”, alerta.

A decana do Centro de Letras e Artes, professora Cristina Tranjan, disse que “está segurando tudo ao máximo”. Preventivamente, a decana está evitando lançar até mesmo um edital simples para criar a nova logomarca do CLA.

NAS UNIDADES

A Faculdade de Educação vive, além do drama financeiro, com a falta de espaço, em função da reforma do Palácio Universitário. “Estamos numa fase de resistên-

cia, mas é um período de muita dificuldade”, avalia a diretora da unidade, professora Carmen Teresa. “Acho difícil encontrar um diretor que diga estar tranquilo”, completou.

Diretor do campus Duque de Caxias, o professor Juan Goicochea explicou que, diante das dificuldades, a prioridade tem sido a compra de reagentes, pois o campus possui muitos laboratórios. “Nós contávamos com a primeira e a segunda parcela”, lamentou. A ideia agora é reduzir a compra de insumos à metade. A Faculdade de Letras, segunda maior unidade da UFRJ, já está prejudicada. Sem o repasse da segunda parcela do orçamento participativo, falta dinheiro para materiais de escritório e de higiene. O laboratório de informática em breve ficará sem cartuchos e papéis. “A Jornada de Iniciação Científica se aproxima. Temos uma média de 400 trabalhos inscritos e precisamos imprimir os materiais, como resumos, por exemplo. Nossos alunos não podem arcar com este tipo de despesas”, conta a diretora Sonia Cristina Reis. Os impactos na Medicina ainda não foram sentidos, segundo

RESPOSTA DO MEC

Questionado sobre as dificuldades da UFRJ, o Ministério da Educação informou que “os repasses à UFRJ e às demais unidades vinculadas ao MEC encontram-se regulares, proporcional (sic) aos limites estabelecidos pelo decreto de programação orçamentária financeira”. Também disse que “embora o contingenciamento não tenha impacto imediato sobre o orçamento das instituições, este Ministério mantém diálogo permanente com os dirigentes das universidades e institutos federais, estando à disposição para intermediar a resolução de questões pontuais”. E que o descontingenciamento depende de uma “evolução positiva do cenário fiscal do país”.

A assessoria do MEC afirmou que o secretário de Educação Superior, Arnaldo Lima, vai se reunir com a reitoria na próxima semana, na UFRJ. (colaborou Silvana Sá)

ASFIXIA FINANCEIRA NO COTIDIANO

1.

MEDICINA

Mesmo com provisão dos materiais mais gastos, se não houver recomposição mínima dos repasses, unidade terá dificuldades a partir de setembro.

2.

CAMPUS CAXIAS

Com muitos laboratórios, prioriza compra de reagentes, mas deve reduzir compras à metade sem liberação da segunda parcela do orçamento participativo.

3.

DECANIA DO CLA

Está segurando todas as despesas “ao máximo”. Decania evita lançar até mesmo um simples edital para criação de uma nova logomarca do Centro.

4.

FACULDADE DE LETRAS

Falta dinheiro para materiais de escritório e de higiene. O laboratório de informática em breve ficará sem cartuchos de impressora e papéis.

5.

DECANIA DO CT

Com muitas demandas de manutenção, decania está se limitando ao essencial, como trocar lâmpadas da iluminação dos estacionamentos



CASA CHEIA As discussões sobre o Future-se mobilizaram a comunidade acadêmica da UFRJ. Acima, Felipe Rosa, diretor da AdUFRJ, apresentou a posição da seção sindical, que é contrária ao projeto. Abaixo, o pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento, Eduardo Raupp, explicou as armadilhas contidas na proposta do governo



GIULIA VENTURA



ANDES FAZ DEBATE NO SERVIÇO SOCIAL

■ O primeiro dia letivo do semestre teve casa lotada na Escola de Serviço Social. No dia 5, a unidade recebeu a secretária-geral do Andes, professora Eblin Farage, para falar sobre o Future-se. Uma atenta plateia, formada principalmente por estudantes, mas também por professores, participou do debate. Para Eblin, é muito preocupante que a proposta pretenda alterar 17 leis atualmente em vigor – dentre elas, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. “Todo o projeto é grave, nada salva. Não há outra alternativa senão barrar o Future-se”, afirmou. De acordo com a professora, o Andes orienta que todas as suas seções sindicais façam debates com a comunidade acadêmica e que “sejam apontados todos os pontos negativos” do projeto. Sobre ações de resistência, ela es-

pera uma intensa adesão. “É isso que a gente espera para o dia 13 de agosto, além de mobilizações contínuas em defesa da educação”. O professor Mauro Iasi, da Escola de Serviço Social, considera que o modelo apresentado pelo governo para as universidades e institutos federais “radicaliza e potencializa” a defesa da privatização das universidades. Em sua avaliação, esta visão “prevalece nos últimos tempos”. Felipe Rosa, diretor da Adufrj, avaliou a atividade. “Foi bastante informativa. Eblin esclareceu muito sobre os aspectos do Future-se”. Para o diretor, a UFRJ e a AdUFRJ tem contribuído no cenário nacional como protagonistas das discussões em torno do projeto. “Isto demonstra amadurecimento de nossa democracia e autonomia”. **(Giulia Ventura)**



FOTOS: FERNANDO SOUZA

UFRJ DIZ NÃO AO FUTURE-SE

SILVANA SÁ
silvana@adufrj.org.br

Nos últimos quinze dias, um assunto tomou conta da agenda da UFRJ: o Future-se. Apresentado pelo governo Bolsonaro como um programa para “modernizar” o orçamento e a gestão das instituições federais de ensino, o projeto foi rejeitado em toda a universidade. O ápice do debate foi o Conselho Universitário, dia 8 de agosto, que referendou a posição da reitoria, dos sindicatos e dos estudantes de rejeitar a adesão ao Future-se. A decisão foi unânime. Conselheiros de variadas áreas do conhecimento e matizes políticas concordaram, de forma unissona, que o projeto não atende aos anseios da universidade. Estudantes, professores e técnicos lotaram a reitoria para acompanharem, atentos, a discussão. Até agora, apenas três universidades discutiram e aprovaram medidas sobre o programa em seus colegiados. Uma das principais críticas é direcionada ao viés privatista do Future-se, que determina a captação de recursos por meio de empresas e a administração das instituições federais por organizações sociais (OS). Seja no Consuni ou nas reuniões acontecidas dias antes, em unidades e decanias, houve o entendimento de que o programa não leva em conta a natureza das universidades e institutos federais. “Ao contrário, coloca em risco o que de

mais caro nós temos e que não abrimos mão, que é a nossa autonomia universitária”, avalia o vice-reitor da UFRJ, Carlos Frederico Leão Rocha, que presidiu o Consuni da última quinta-feira. Mesmo como instrumento para facilitar o financiamento pelas empresas, o projeto não cumpre o que promete. A conclusão é do diretor do Parque Tecnológico da UFRJ, José Carlos Pinto. Em sua visão, o programa atrapalha as universidades. “O Future-se retira nossa autonomia sobre o que e como negociar. Deixa nas mãos das OS o plano de metas e a gestão desses projetos”, diz. Para ele, o programa “engessa e limita” o trabalho das universidades, sobretudo no campo da inovação. “Este não é um projeto pensado ou apoiado pelo movimento de inovação do país”, afirma. Do ponto de vista da internacionalização, há mais falácias. Segundo o governo, as instituições não aproveitam seu potencial para criar parcerias com universidades estrangeiras. Mas a realidade é outra. “A quase totalidade de nossos cursos de pós-graduação de excelência aderiu ao Print (Programa Institucional de Internacionalização da Capes). Hoje, temos 315 pesquisadores estrangeiros na UFRJ atuando em 194 grupos de pesquisa internacionais”, argumenta a pró-reitora de Pós-Graduação e Pesquisa, Denise Guimarães Freire. Além dos aspectos técnicos que desmontam as premissas do Future-se, os seguidos debates também discutiram a face política da proposta. “Não podemos vê-lo de maneira isolada. Este projeto vem no bojo de uma reforma da Previdência muito prejudicial aos trabalhadores e se alia à lei do

teto de gastos”, comenta a professora Graça Reis, vice-diretora do Colégio de Aplicação. “Embora seja necessário qualificar este ‘não’ ao projeto, devemos ter em mente que ele é um ataque político às universidades”, completa a docente, que é representante do ensino básico no Consuni. Na mesma linha, Gerly Miceli, diretora do Sintufrj e representante dos técnicos-administrativos, avalia que o Future-se é, na verdade, um projeto de Estado. “É de Estado mínimo”, acrescenta. “Precisamos, além de rejeitá-lo, saber como organizar nossa atuação política para resistir. E o ato do próximo dia 13 será importante para mostrar ao governo a força da Educação”, conclui. Eduardo Raupp, pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento, apresentou aos conselheiros a avaliação preliminar da reitoria sobre o projeto. “Nossa proposta não é analisar o texto separadamente, mas seu conjunto, considerando a direção que ele aponta”, disse. Esta direção, segundo Raupp, é da quebra da autonomia universitária e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, além de ataques às carreiras de professores e técnicos. “Há um olhar do governo muito claro sobre a questão de pessoal. Esta ‘conta’ seria resolvida, de acordo com o projeto, pelas contratações via OS. Com o tempo, a nossa folha de pessoal será reduzida”, constata. Felipe Rosa, diretor da Adufrj, leu nota da seção sindical para o Conselho Universitário. “É difícil acreditar que uma OS, estranha ao meio universitário, vá ter a compreensão da intrincada teia de nossas atividades, com previsível deterioração do

tripé ensino, pesquisa e extensão”, diz trecho da nota. O documento conclui que o Future-se “se descuida da ampliação do acesso experimentado nos últimos anos”, deixando a comunidade acadêmica com receio de um “retrocesso em direção a uma universidade elitista”. A bancada estudantil fez coro contra o Future-se. Ana Beatriz Duarte fez uma fala emocionada sobre o que representa concretamente o Future-se para a população. “Quanto de nós somos os primeiros de nossas famílias a ingressarem no ensino superior público? Quanto de nós estamos realizando o sonho de nossos familiares que sempre viram a universidade como algo impossível?”, questionou. “Querem colocar grades nos nossos sonhos. O Future-se não tem nada de futuro”. Decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, o professor Flávio Martins fez duras críticas ao governo e ao programa. “O projeto demonstra que nosso Ministério da Educação desconhece a realidade das universidades e institutos federais”, afirmou. “Não nos iludamos, precisaremos estar em permanente debate com a sociedade, porque o governo conta reiteradas mentiras contra as universidades, contra os pesquisadores”. Os conselheiros aprovaram uma moção que explica as razões de a universidade rejeitar a proposta. E uma série de atividades políticas de resistência ao Future-se. Também houve a aprovação de uma nota de repúdio à demissão do pesquisador Ricardo Galvão, do INPE, e em apoio à família e pela memória do estudante Fernando Santa Cruz, vítima da ditadura militar.



SILVANA SÁ

DECANOS E DIRETORES DISCUTEM PROJETO

■ Também no dia 5 de agosto, decanos e diretores de unidades da UFRJ se reuniram para discutir o Future-se. O debate foi precedido de uma apresentação da reitoria. O pró-reitor de Planejamento e Finanças, Eduardo Raupp, subsidiou a discussão com uma avaliação preliminar do projeto e suas consequências para as universidades e institutos federais. “As universidades não foram ouvidas e não há qualquer consideração sobre política de educação em todo o projeto”, afirmou o pró-reitor. Ele também destacou que entre as leis que o Future-se pretende alterar, estão a LDB, a lei de Carreira, a lei da Ebsrh e o Marco de Inovação, recentemente aprovado no Congresso Nacional. A respeito do Fundo Soberano da Educação, outra novidade apresentada pelo Future-se, explicou que a propaganda, de R\$ 102 bilhões, na verdade são previsões que efetivamente ainda não existem. “A única coisa de tudo isto que é tangível é o conjunto do patrimônio da União, avaliado em R\$ 50 bilhões, mas que também não fica claro quais são esses patrimônios, onde ficam e se serão das universidades”. Outra dúvida deixada pelo projeto está na forma de manutenção deste fundo. “A taxa média de administração de um fundo deste porte é de R\$ 500 milhões e o período de ‘maturação’ para que ele comece a dar rentabilidade é de em média cinco anos. Como vai ser paga esta taxa de administração antes de o fundo começar a dar lucro?”, questionou. Também não há menção, no projeto, do atual drama de financiamento das universidades. “O projeto visa resolver problemas do futuro, não do presente”, completou a reitora Denise Pires de Carvalho. O decano Marcelo Corrêa e Castro, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, criticou o tempo exíguo para a discussão, proposto pelo MEC. “Podemos fazer propostas, mas a meu ver o governo não está aberto ao debate. A educação virou uma commodity e o ministério quer vendê-la”.



ELISA MONTEIRO

FUTURE-SE IGNORA CIÊNCIAS HUMANAS

■ Professores da História, da Filosofia e das Ciências Sociais da UFRJ discutiram, no dia 5, o projeto do MEC. A reunião, no prédio do Largo de São Francisco de Paula, foi acompanhada pela diretora da Adufrj Maria Paula Araujo. A falta de referências às ciências humanas, no documento do ministério, foi destaque. Assim como a ênfase dada ao conceito de inovação, em detrimento do tripé universitário: ensino, pesquisa, extensão. Os professores criticaram a proposta de financiamento via OS e a possibilidade do acirramento da competição interna por recursos. Eles também sublinharam que os cursos do Instituto de História e do IFCS receberam notas máximas nas últimas avaliações do próprio MEC. O debate subsidiou um documento assinado pelas diretoras do IFCS, Susana de Castro, e do IH, Norma Côrtes. **(Elisa Monteiro)**

A UFRJ é delas. Mulheres lideram a universidade

> Os dois sindicatos da UFRJ, de docentes e de técnicos, são comandados por mulheres. A reitoria e o DCE também. Presença feminina no cotidiano acadêmico foi tema de debate na Faculdade de Direito

ELISA MONTEIRO
elisamonteiro@adufjr.org.br

O slogan feminista “diversas, mas não dispersas” pode resumir o debate que ocorreu no Salão Nobre da Faculdade Nacional de Direito, no último dia 17. Na mesa, a reitora e diretoras de entidades representativas da UFRJ trocaram ideias sobre a presença das mulheres na produção acadêmica, na política e até mesmo nos espaços físicos e simbólicos da universidade.

“O feminino é sempre heterogêneo e diverso”, advertiu a presidente da AdUFRJ, professora Maria Lúcia Werneck. “E quando falamos de um país como o Brasil, é preciso dizer que ele é também desigual”, afirmou. A docente recorreu à literatura para questionar os limites das causas ligadas à identidade, descoladas do contexto social. “É conhecida a passagem em que Zorro diz ao companheiro índio: ‘Estamos cercados!’ E ouviu de volta: ‘nós quem, cara



JOÃO LAET

ELAS MANDAM Maria Lúcia Werneck; Joana de Angelis; Denise Pires de Carvalho; e Natália Borges

pálida?” disse a docente. E completou: “Caso nos deparemos com celebridades defendendo ‘futurizar’ a universidade, falando por ‘nós, mulheres’, é preciso saber dizer: nós, mulheres, quem?”

Pelo DCE, Natália Borges falou sobre o esforço das entidades e dos coletivos discentes para aumentar a “conscientização” e reduzir a “agressividade e assédios” nos espaços de socialização

da universidade, como as caloradas. Também defendeu uma assistência estudantil atenta às demandas das alunas, em especial, as mães. A estudante de Engenharia lamentou o “fúnil (de gênero) da hierarquia de poder da universidade”.

“Somos maioria nas categorias, maioria entre sindicalizados, mas ainda não temos o mesmo tratamento nos espaços ou igualdade de direitos”, pontuou

a diretora dos técnicos-administrativos, Joana de Angelis. “Em plenárias ou congressos, eles se colocam. Enquanto as mulheres ficam inibidas pelo estereótipo de serem espaços masculinos”, exemplificou Joana. “Precisamos de dinâmicas que aproximem as mulheres desses lugares de poder”, completou.

DIVERSIDADE É RIQUEZA

“A igualdade não é apenas uma

questão de justiça. A diversidade é o melhor caminho para o desenvolvimento. Não tenho a menor dúvida”, afirmou a reitora Denise Pires de Carvalho. Primeira mulher a dirigir a UFRJ, a professora apresentou uma seleção de fotos históricas da instituição. Nas imagens, a participação significativa das mulheres na base do ensino e da pesquisa ao longo dos anos. E o contraste do registro residual delas em lugares de destaque.

Em um dos slides, a professora Helena Nader é destacada como única mulher, entre uma dezena de pares, em uma mesa da Academia Brasileira de Ciências. “Em 2014, as mulheres eram 12% entre os titulares da ABC. Em 2018, 14%. Estamos avançando de maneira muito lenta”, opinou. Ela criticou ainda a maior dificuldade de acesso a financiamento quando se trata de pesquisas coordenadas por mulheres. A reitora da UFRJ afirmou que a igualdade de gênero está entre as metas do desenvolvimento sustentável da Organização Mundial da Saúde e é prioridade de sua gestão.

GLOBALIZAÇÃO E SAÚDE SÃO TEMAS DE AULA INAUGURAL

“Nascer e viver é muito desigual. Uma pessoa de Serra Leoa tem uma esperança de vida na casa dos 40 anos. No Japão, 84. Isso não é natural, é social”, disse a professora Ligia Bahia, durante a aula inaugural do Centro de Ciências da Saúde. A diretora da Adufjr foi uma das convidadas para refletir sobre o “O SUS no contexto da Saúde Global e o papel da Universidade”, na quinta-feira (8). A mediação foi do decano, Luiz Eurico Nasciutti. Cuidar da saúde da população é uma decisão política. Foi o que indicou a docente, chamando

atenção para países com PIB menor que o brasileiro, mas com melhores indicadores de saúde e bem estar. Chile, Costa Rica e Cuba foram citados. Ligia insistiu na relevância de políticas econômicas para a saúde pública. Como exemplo bem sucedido, ela falou sobre os resultados obtidos com a maior taxação do tabaco. E defendeu medida similar para comida “trash” como “refrigerantes, biscoitinhos de pacote, alimentos altamente processados”. “Não somos uma população obesa, mas estamos perto disso”.

Ex-vice-reitor, o professor Antonio Ledo deu ênfase aos pactos internacionais em torno da “saúde e bem estar”. “É sempre bom lembrar que o conceito de ‘saúde como ausência de doença’ é restrito. Estamos falando de acordos, na ONU, para erradicação e de prevenção de doenças. Além de equidade”, disse. “Se não reduzir a pobreza, não tem como haver saúde”. Os impactos de uma globalização desigual para a saúde dos povos também foram abordados pelo diretor da Faculdade de Medicina, Roberto Medronho.

“No mundo globalizado, não há mais como falar em doença local. Seja pelo turismo ou pelos deslocamentos a negócios”, advertiu o epidemiologista. “Com o aquecimento global, doenças tropicais como a dengue alcançaram zonas temperadas”, acrescentou. Medronho advertiu sobre os limites das contribuições do mercado para a saúde coletiva. O exemplo escolhido foi o vírus ebola. “Só houve interesse da indústria de fármacos quando o problema atingiu países ricos”, argumentou o docente.

“Doenças negligenciadas” foi como classificou endemias que assolam países periféricos ou desiguais. Aos alunos, Medronho recomendou “compromisso ético” e atenção com o “retorno social sobretudo para a população mais pobre”. Ele destacou o papel da parceria entre a pesquisa das universidades e o Sistema Único de Saúde. “Foi do SUS de Pernambuco que saiu a descoberta da relação entre a zika e a microcefalia. A comprovação foi de pesquisadores da nossa universidade e da Fiocruz”.

NOTAS

MUDANÇAS CLIMÁTICAS EM DEBATE NO FÓRUM

Uma das pautas mais sacrificadas pelo governo Bolsonaro, o meio ambiente é tema de debates no Colégio Brasileiro de Altos Estudos. Desde 5 agosto, o CBAE promove o ciclo de palestras “Desastres e mudanças climáticas: construindo uma agenda”. No dia 12, haverá uma sessão com os professores Eduardo Viveiros de Castro

(PPGAS/UFRJ) e Suzana Kahn Ribeiro (COPPE/UFRJ) e o jornalista André Trigueiro. Todos os encontros serão abertos ao público e valerão como disciplina eletiva para alunos de pós-graduação. “O tema é urgente em um momento que o governo nega o desmatamento e o aquecimento global. O papel da universidade é mostrar o consenso científico em torno dessa agenda”, explica a coordenadora do Fórum, professora Tatiana Roque.

EBA EXPÕE NO CENTRO CULTURAL DOS CORREIOS

A Escola de Belas Artes (EBA) da UFRJ realiza mostra de pinturas e gravuras no Espaço Cultural dos Correios. São 92 expositores, entre alunos, ex-alunos e professores. Organizada pelos docentes do Departamento de Belas Artes/Base Martha Werneck e Lícius Bossolan, a exposição “Orientações - Pintura e Gravura Contemporâneas”

será aberta na quarta-feira (14), às 19h, com homenagens aos professores Marcos Varela, xilogravurista recentemente falecido, e Vladimir Machado, aposentado da área de pintura. Paralelamente à exposição, a EBA vai promover uma extensa programação de palestras no auditório do centro cultural com a participação de professores, estudantes e profissionais formados na escola. A mostra ocorre até 29 de setembro, de terça-feira a domingo, das 12h às 19h.



REPRODUÇÃO

GREVE NACIONAL DA EDUCAÇÃO

13 DE AGOSTO TERÇA-FEIRA

O GOVERNO BOLSONARO QUER DESTRUIR O SONHO DE GERAÇÕES DE JOVENS QUE PRETENDEM FREQUENTAR UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA, GRATUITA E DE QUALIDADE. CONVOCAMOS TODOS ÀS RUAS PARA RESISTIR A ESSA AMEAÇA. CONCENTRAÇÃO NA CANDELÁRIA A PARTIR DAS 16H

AdUFRJ 40 ANOS 1979-2019

POR QUE O 'FUTURE-SE' AMEAÇA O FUTURO DAS UNIVERSIDADES?

1. O programa foi imposto de cima para baixo, sem qualquer diálogo com a comunidade acadêmica e a sociedade;
2. A gestão das instituições públicas será entregue a Organizações Sociais, privadas, que serão contratadas pelo MEC;
3. Desvincula da união a manutenção e investimento no ensino superior, substituídos pelo investimento privado;
4. Os projetos de pesquisa terão como objetivo atrair investidores em vez de produzir conhecimento voltado para o desenvolvimento da sociedade. Pesquisas não lucrativas ou sem resultado imediato no mercado não terão recursos nem investimentos;
5. Ameaça gravemente a democratização do acesso ao ensino superior, afastando justamente os mais excluídos da universidade;
6. Fim do concurso para docentes, que serão contratados/as via Organizações Sociais, acabando com a dedicação exclusiva e destruindo o tripé constitucional ensino-pesquisa-extensão;
7. Não responde à crise de financiamento atual da educação superior pública. Cria um fundo de investimento que promete “autonomia financeira”, mas pode levar a uma grosseira privatização do patrimônio público, sem garantia de contrapartida para as universidades. Hoje, a UFRJ, maior federal do país, está sem dinheiro para pagar suas contas.

O GOVERNO JÁ BLOQUEOU **R\$ 6,1 bilhões** DA EDUCAÇÃO, NESTE ANO

NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS, O CONTINGENCIAMENTO É DE **R\$ 2,08 bilhões**

SÓ A UFRJ ESTÁ COM **R\$ 114 milhões** BLOQUEADOS, OU **30%** DE SEU ORÇAMENTO



AdUFRJ 40 ANOS 1979-2019

A AdUFRJ vai participar da Greve Nacional da Educação, dia 13, com uma programação especial para mostrar à sociedade o nosso trabalho na universidade. A ideia é divulgar a importância da UFRJ e de nossa produção acadêmica no cotidiano dos cariocas. Convidamos cada professora e cada professor a participar deste movimento.

O ponto de encontro dos docentes com a população será no Largo de São Francisco, no Centro, em frente ao IFCS a partir das 13h. Os professores devem levar o material que pretendem apresentar. Para participar, é necessário enviar um email para adufjr@adufjr.org.br

DUAS CHAPAS IRÃO DISPUTAR PRÓXIMA ELEIÇÃO DA ADUFRJ

■ Duas chapas se inscreveram para disputar a eleição da AdUFRJ nos dias 11 e 12 de setembro. A Chapa 1 é liderada pela professora Eleonora Ziller, da Faculdade de Letras, e pelo professor Felipe Rosa, do Instituto de Física. Já a Chapa 2 está encabeçada pela professora Alessandra Nicodemos, da Faculdade de Educação e pela professora Selene Alves Maia, do Instituto de Matemática.

A chapa 1 se inscreveu com o nome **Ventos de Maio: Juntos pela Universidade. Não vamos parar nem voltar atrás.** Já a Chapa 2 virá com **Adufjr em Movimento e pela Base.** Todos os professores sindicalizados podem votar, tan-

to docentes da ativa quanto aposentados. Haverá também eleições para o Conselho de Representantes, órgão consultivo

que orienta a ação da AdUFRJ e aproxima a diretoria das unidades acadêmicas. A comissão eleitoral já fez a pri-

meira reunião na última quinta-feira. No próximo encontro, na segunda-feira, 12, haverá homologação das chapas. Ainda na

próxima semana, a Comissão definirá o calendário de debates entre as chapas. Veja quem é quem:

CHAPA 1	CHAPA 2
1º Secretário Pedro Lagerblad Instituto de Bioquímica Médica	1º Secretária Marinalva Oliveira Faculdade de Educação
2º Secretário Marcos Dantas Escola de Comunicação	2º Secretário Filipe Boechat Instituto de Psicologia
Vice-presidente: Felipe Rosa Instituto de Física	Vice-presidente: Selene Alves Maia Instituto de Matemática
2º Vice-presidente Christine Ruta Instituto de Biologia	2º Vice-presidente Marcelo Paula de Melo Educação Física
1º Tesoureiro Josué Medeiros IFCS	1º Tesoureiro Wilson Vieira Instituto de Economia
2º Tesoureiro Jackson Menezes Nupem/Macaé	2º Tesoureira Regina Pugliese CAp (aposentada)

DORA É A MAIS PROFUNDA DAS DORES

ANA PAULA GRABOIS
anapaula@adufjrj.org.br



A professora aposentada da UFRJ Maria Auxiliadora Santa Cruz é irmã de Fernando Santa Cruz, desaparecido político em 1974, no Rio de Janeiro, durante a ditadura militar. Tia de Felipe Santa Cruz, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Dora, como é conhecida, ouviu com indignação a fala do presidente Jair Bolsonaro sobre o paradeiro do corpo do seu irmão e vê “crueldade” em

seu conteúdo. O atestado de óbito de Fernando só foi emitido em 25 de julho, sem que a mãe, Elzita Santa Cruz, estivesse viva. Elzita, conhecida defensora dos Direitos Humanos em torno da questão dos desaparecidos políticos no Brasil, morreu um mês antes, aos 105 anos. A família de Santa Cruz entrou com ações na Organização dos Estados Americanos (OEA) e no STF contra Bolsonaro.

FOTOS: JOÃO LAET

■ **Jornal da Adufrj - Como a senhora avalia a fala do presidente Bolsonaro não só como familiar de um desaparecido político, mas também do seu sobrinho e presidente da OAB?**

● Um acinte, enfrentando inclusive a Ordem dos Advogados do Brasil, uma instituição respeitada. Ele despertou o que estava calado, voltamos a discutir o assunto do desaparecimento político. E de talvez repensar uma nova Anistia que possa punir os torturadores. Bolsonaro é presidente da República, tem que respeitar os brasileiros. Ele não pode enaltecer a tortura, achar agradável que as pessoas tenham sido torturadas ou tenham desaparecido. Não existe perdão. Vários psiquiatras dizem que ele é psicopata. Isso é uma atitude de psicopata, muito fria, de uma pessoa de extrema direita, que está entregando o Brasil, como a Amazônia; desmoraliza as instituições, como o Inpe, a Fiocruz, o IBGE, as universidades. Temos que ir para a rua, onde a gente se torna forte. As Diretas e a Anistia ocorreram por causa das ruas.

■ **Como a senhora se sentiu?**

● Fiquei revoltada. Foi muita crueldade. Desde que eu nasci – tenho 74 anos – nunca ouvi um presidente que fale uma coisa dessas, que seja tão agressivo. Nem na ditadura. Eles faziam, mas não assumiam, nem falavam em público assim. Torturavam escondidos. Quando perguntados, diziam que não existia. Mas ele foi para a televisão com um certo orgulho e ameaçador. Depois vai para um salão de beleza, cortando o cabelo, igual a uma foto do Hitler, falando que não foi a ditadura que o matou e sim a organização política de que ele participava. É um deboche. Senti por todos os desaparecidos políticos, por todas as pessoas que perderam seus entes queridos, por todas as mães que ainda estão vivas. Não consigo dormir, estou inquieta, tenho náuseas.



MEMÓRIA Dora mostra a última foto do irmão antes do desaparecimento, aos 26 anos

■ **A senhora pode falar da luta da sua mãe pelo paradeiro do seu irmão?**

● Ela recebeu vários prêmios de Direitos Humanos. Tem uma poesia dela que sempre recitava em qualquer lugar que fosse falar: “Hei de ver, hei de voltar. O meu doce consolo, o meu filhinho. Passam-se os anos, o doce esquecimento que tudo apaga. Menos a mãe, no seu triste isolamento, a saudade que o coração esmaga”. Ela morreu sem saber. Um dia ela me disse que não podia mais entrar em igreja nenhuma porque não perdoava os torturadores. Estávamos no centro do Rio e eu disse para entrarmos na igreja para falar com o padre. O padre disse para nos sentarmos e mamãe disse que ela não perdoava. O padre cortou toda a emoção dela, ela já velhinha. ‘Como não? A senhora pode entrar em qualquer hora na igreja, pode comungar e contar isso quantas vezes quiser a quem quiser. A senhora continue a contar, a senhora não tem o que perdoar. A pessoa que leva uma topada, fica com ódio da pedra. Imagine tirar um filho de você. Como você quer perdoar? Não é para perdoar’. Ela saiu satisfeita e falou comigo: ‘Ainda bem, né?’

■ **A família Santa Cruz vai entrar com uma ação contra Bolsonaro?**

● A nossa família já entrou com uma ação contra ele na OEA e também no STF para pedir explicações.

■ **O que espera da denúncia do MPF à Justiça?**

● Nenhum torturador foi preso no Brasil por causa da Lei da Anistia. Não vai ter nada, principalmente agora. Não teve no governo de Dilma ou Lula.

■ **Como a senhora vê a mudança de integrantes da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos?**

● Não foi mudança. Acabou a Comissão porque foram nomeadas pessoas comprometidas com a ditadura e a tortura. E foi uma comissão muito importante.

ANTES DA FALA DE BOLSONARO, MPF DENUNCIOU QUEM INCINEROU SANTA CRUZ

■ Em 24 de julho de 2019, cinco dias antes da fala de Jair Bolsonaro contra a família Santa Cruz, o procurador do Ministério Público Federal (MPF) Guilherme Garcia Virgílio ofereceu denúncia contra Cláudio Guerra, ex-chefe do DOPS e um dos operadores da rede de tortura da ditadura. Em 2014, Guerra, hoje pastor, prestou depoimento à Comissão Nacional da Verdade e confessou

que, entre 1973 e 1975, levou 12 corpos da chamada Casa da Morte, em Petrópolis, para serem incinerados em um forno da Usina Cambahyba, em Campos dos Goytacazes. Um dos corpos era o de Fernando Santa Cruz. Guerra chegou a mostrar o forno a integrantes da Comissão. Em sua denúncia, o Ministério Público acusa Guerra de praticar crimes de ocultação e destruição de 12 cadáveres,

incluindo o de Santa Cruz. Segundo o procurador, são crimes de lesa-humanidade, sem a aplicação da Lei da Anistia. O MPF também pede o cancelamento de sua aposentadoria. A denúncia tem como base depoimentos de Guerra à CNV e ao MPF, a análise de mais 20 depoimentos e o livro “Memórias de uma Guerra Suja”, de autoria do ex-delegado. Trata-se de um dos poucos ca-

sos de denúncia de agentes do Estado durante a ditadura sem levar em conta a Lei da Anistia, como a do coronel Brilhante Ustra, morto em 2015. Na quinta-feira, Bolsonaro recebeu a viúva de Ustra. Bolsonaro justificou o encontro por considerar Ustra um “herói nacional”. Recentemente, os integrantes da CNV foram substituídos por militares ou políticos defensores da ditadura.

DIVULGAÇÃO: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE



GUERRA: ex-delegado mostra o forno onde incinerou 12 corpos